



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ**

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**

**CURSO DE MEDICINA**

**LUCIANO ANTONY RIBEIRO PEREIRA**

**MARIA CLARA AMORIM SILVA**

**ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE MULHERES VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA SEXUAL ATENDIDAS EM SERVIÇO DE REFERÊNCIA NA CIDADE  
DE TERESINA-PI NO PERÍODO DE 2018 A 2021**

**TERESINA**

**2024**

**LUCIANO ANTONY RIBEIRO PEREIRA**

**MARIA CLARA AMORIM SILVA**

**ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE MULHERES VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA SEXUAL ATENDIDAS EM SERVIÇO DE REFERÊNCIA NA CIDADE  
DE TERESINA-PI NO PERÍODO DE 2018 A 2021**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do  
Curso de Medicina da Universidade  
Estadual do Piauí, como parte dos  
requisitos necessários à obtenção do  
grau de Médico(a).

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Simone  
Madeira Nunes

TERESINA

2024



**LUCIANO ANTONY RIBEIRO PEREIRA**

**MARIA CLARA AMORIM SILVA**

**ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE MULHERES VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA SEXUAL ATENDIDAS EM SERVIÇO DE REFERÊNCIA NA CIDADE  
DE TERESINA-PI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Medicina  
da Universidade Estadual do Piauí, como parte dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Médico(a).

**Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dra. Simone Madeira Nunes**  
**Universidade Estadual do Piauí – UESPI**  
**Presidente**

---

**Prof. Dra Andrea Cronemberger Rufino**  
**Universidade Estadual do Piauí – UESPI**  
**1º Examinador (a)**

---

**Prof. Dr. Alberto Pereira Madeiro**  
**Universidade Estadual do Piauí- UESPI**  
**2º Examinador (a)**

Dedicamos esse trabalho aos nossos  
pais que sempre nos incentivaram.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores Dra. Simone Madeira pela ideia primordial e pela ajuda com o desenvolvimento do projeto, aos professores Dr. Alberto Madeiro e Dra. Andreia Rufino pelos conhecimentos que nos permitiram amar e nos adentrar na Ginecologia. E ao Dr. Sabas por toda a ajuda, paciência e por nos ensinar que amar a ciência e a pesquisa pode impactar muitas vidas.

“Educar para o consentimento faz  
outra coisa transformadora: diz às  
garotas que o sexo é para elas”

**Jaclyn Friedman**

## RESUMO

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência sexual; mulher; adolescentes; Teresina-PI;

**Introdução:** A violência contra a mulher é um problema de saúde pública no Brasil e no mundo. A violência sexual, em particular, deixa marcas profundas nas vítimas, como transtornos psicológicos, ISTs, e gravidez indesejada. **Objetivo:** Analisar dados de violência sexual de 2018 a 2021 para traçar o perfil epidemiológico das vítimas, considerando idade, relação com o agressor, ocupação, procedência e raça. **Metodologia:** Pesquisa retrospectiva realizada por meio da análise de dados de um serviço de saúde de referência em Teresina-PI. **Resultados:** A maior incidência ocorreu entre mulheres de 10 a 20 anos, predominantemente pardas e estudantes. A violência foi, em sua maioria, cometida por conhecidos, e os casos vieram, em grande parte, do interior do estado. Observou-se uma queda nos registros em 2020. **Conclusão:** A violência sexual atinge principalmente mulheres jovens, com uma redução nos registros em 2020, possivelmente devido à pandemia. É necessário melhorar o acesso das vítimas aos serviços de saúde e adotar políticas de prevenção e apoio mais eficazes.



## ABSTRACT

**KEYWORDS:** Sexual violence; women; adolescents; Teresina-PI

**Introduction:** Violence against women is a public health issue in Brazil and worldwide. Sexual violence, in particular, leaves deep marks on victims, such as psychological disorders, sexually transmitted infections (STIs), and unwanted pregnancies. **Objective:** To analyze sexual violence data from 2018 to 2021 in order to profile the victims, considering age, relationship with the aggressor, occupation, origin, and race. **Methodology:** A retrospective study was conducted through the analysis of data from a reference health service in Teresina-PI. **Results:** The highest incidence occurred among women aged 10 to 20 years, predominantly mixed-race (parda) and students. Most of the violence was committed by acquaintances, and most cases came from rural areas of the state. A decrease in records was observed in 2020. **Conclusion:** Sexual violence primarily affects young women, with a reduction in reports in 2020, possibly due to the pandemic. It is necessary to improve victims' access to healthcare services and implement more effective prevention and support policies.

## INTRODUÇÃO

A violência sexual contra a mulher tem sido uma constante ao longo da história, manifestando-se de forma cruel e abrangente. Este tipo de violência é definido como qualquer ato ou tentativa de obter sexo contra os desejos da vítima, independentemente da relação interpessoal existente entre vítima e agressor. Fatores como agressões verbais, condições econômicas, assédio sexual, estupro e casamento forçado estão frequentemente envolvidos. Este fenômeno resulta em perdas significativas na qualidade de vida das vítimas, devido principalmente a sequelas mentais e físicas (ONU MULHERES, 2017).

Em muitas regiões, os casos de violência sexual são subnotificados, pois as vítimas muitas vezes sentem vergonha ou medo de relatar o ocorrido às autoridades policiais ou médicas. A subnotificação é agravada por uma série de fatores, incluindo divergências nos métodos de coleta de dados, falta de privacidade, treinamento inadequado dos entrevistadores e diferenças nas definições de violência e metodologias de coleta de informações (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

As circunstâncias mais frequentes em que ocorrem atos de violência sexual envolvem ambientes privados, agressores íntimos e ciclos viciosos de repetição. Nas últimas décadas, o Brasil tem avançado em termos de políticas públicas para enfrentar a violência contra a mulher, principalmente com a implementação da Lei Maria da Penha e a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres. Desde 2014, a violência sexual e doméstica são entidades de notificação compulsória e imediata. No entanto, é decisão das mulheres prosseguir com o registro policial e perícias especializadas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2022).

A relação entre a vítima e o agressor tende a variar de acordo com a faixa etária da vítima. Durante a infância, as mulheres são predominantemente atacadas por familiares; na adolescência, por namorados, parceiros ou ex-parceiros; e na idade adulta, por estranhos, embora muitas vezes o local da agressão seja a própria residência. Este padrão sugere que lares de baixa renda, com proximidade entre casas e sem recursos de segurança, são ambientes propícios para a ocorrência de violência, especialmente quando o agressor está sob efeito de álcool (ONU MULHERES, 2017).

Uma das principais consequências do abuso sexual é a gravidez. No subgrupo de meninas entre 10 e 14 anos, o abuso sexual pode levar ao casamento forçado, resultando em abandono escolar, dependência financeira e perpetuação da violência. No Brasil, apesar da proibição do casamento de menores de 16 anos pelo Código Civil, ainda existem muitos casos ilegais (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2022).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2022, foram registrados mais de 60 mil casos de estupro no Brasil, sendo a maioria das vítimas mulheres e meninas. A pesquisa "Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil" revela que, em 2021, uma em cada quatro mulheres sofreu algum tipo de violência no último ano. O estudo também destaca que 42% das vítimas não procuraram ajuda ou denunciaram a violência, evidenciando a subnotificação e a necessidade de aprimorar os mecanismos de suporte às vítimas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

O Brasil tem implementado diversas políticas públicas para combater a violência sexual contra a mulher. A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, é um marco na proteção das mulheres contra a violência doméstica e familiar. Além disso, a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres tem proporcionado um ambiente mais acolhedor e especializado para o atendimento das vítimas (BRASIL, 2006).

Em 2015, a Lei do Feminicídio foi aprovada, classificando o assassinato de mulheres por questões de gênero como crime hediondo, com penas mais severas. A Lei 13.721/2018, que prioriza o exame de corpo de delito para crimes de violência contra a mulher, também é um avanço significativo (BRASIL, 2015).

A violência sexual contra a mulher é um problema complexo e multifacetado que requer uma abordagem integrada, envolvendo políticas públicas eficazes, educação e conscientização, suporte às vítimas e aprimoramento dos mecanismos de denúncia e investigação. Embora o Brasil tenha avançado consideravelmente na implementação de políticas para combater a violência contra a mulher, ainda há muito a ser feito para garantir que todas as vítimas tenham acesso à justiça e proteção (ONU MULHERES, 2017).

## REFERENCIAL TEÓRICO

A violência sexual contra a mulher é um problema de extrema gravidade e complexidade que perpassa diversas sociedades e classes sociais. Estudos indicam que a prevalência de abuso sexual varia consideravelmente, com algumas pesquisas revelando que até 59% das mulheres já foram vítimas de violência sexual por parte de parceiros íntimos ao longo de suas vidas (DEVRIES *et al.*, 2018).

Em muitos casos, o agressor é uma pessoa conhecida da vítima, o que agrava o impacto psicológico e emocional da violência (GARCIA-MORENO *et al.*, 2021).

Além disso, a violência sexual tem repercussões significativas na saúde física e mental das mulheres, incluindo o aumento do risco de depressão, ansiedade, doenças sexualmente transmissíveis e comportamentos suicidas (CAMPBELL; WEBSTER; GLASS, 2020).

Estudos realizados na África do Sul destacam que uma alta proporção de homens admite ter cometido estupro, evidenciando a necessidade de intervenções específicas para abordar comportamentos violentos em diferentes contextos culturais (JEWKES *et al.*, 2018).

Apesar de a maioria das pesquisas sobre violência sexual terem sido conduzidas em países de alta renda, há um crescimento significativo de estudos em países de baixa e média renda, o que proporciona uma compreensão mais abrangente deste fenômeno global (ELLSBERG *et al.*, 2019).

A disparidade nas definições e métodos utilizados nas pesquisas representa um desafio para a comparabilidade dos dados, destacando a importância de padronizar as metodologias de estudo para obter estimativas mais precisas e eficazes na formulação de políticas públicas. Portanto, a prevenção da violência sexual contra a mulher exige abordagens multifacetadas que incluem a educação, a conscientização, a implementação de políticas rigorosas e a promoção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero (WATTS; ZIMMERMAN; JEWKES, 2020).

As taxas de violência sexual são maiores em países considerados de baixa renda, seja por desconhecimento de boa proporção de mulheres sobre o fato de ser crime esse tipo de ato ou de as autoridades não adereçarem corretamente esses índices. As chances de uma mulher ser violentada sexualmente aumentam se a vítima morar sozinha com um pai ou padrasto e quanto menos idade a mesma apresentar (XIANGUO *et al.*, 2023).

Quando as experiências sexuais tendem a ocorrer mais cedo na vida, mais chances têm de que tenham sido praticadas sobre o espectro da coerção. Os perpetradores podem variar de pais, parentes, conhecidos e vizinhos (XIANGUO *et al.*, 2023).

A violência de cunho sexual pode impactar a saúde física e psicológica das vítimas. Ela as leva a mudar de endereço, telefone, cidade e até enfrentar dificuldades ao retorno de suas funções no trabalho e atividades do cotidiano. Mentalmente, podem desenvolver fobias e disfunções sexuais, com sérias consequências a qualidade de vida e experiências sexuais posteriores (XIANGUO et al., 2023).

Infecções sexualmente transmissíveis, assim como o HIV, podem ser transmitidas durante um intercursos sexual não consentido, especialmente se lesões forem causadas na região genital e anal, comuns nesse tipo de situação. A prevalência de transmissão de HIV não foi estabelecida, o que se sabe é que as chances de se contrair a doença aumentam se o agressor possuir a infecção viral e se o tipo de relação for anal (XIANGUO et al., 2023).

No livro “A criação do Patriarcado” da autora Gerda Lerner define que muitos dos alicerces que sustentam uma sociedade centrada na figura de um homem funcionaria com a cooperação indireta das mulheres adquirida por meio de doutrinação, privação a educação sobre sua história e uma divisão feminina entre mulheres que devem ser respeitadas, não respeitadas ou que são subordinadas e insubordinadas. Estas foram as bases da criação do patriarcado. Devido a essa visão, cerca de 3 bilhões de mulheres ainda vivem em países onde o estupro dentro do casamento não é considerado crime (LERNER, 2019).

Ao mesmo tempo, o ambiente doméstico foi considerado como um local seguro e associado com proteção, e que lutar contra essa ideia imposta seria destruir algo benéfico. Dessa forma, também se estabeleceu ao longo do tempo uma ideia ainda em desconstrução de que trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser reconhecido e nem remunerado (LERNER, 2019).

Ao mesmo tempo, a autora Gerda Lerber também defende que as mulheres tenham funcionado como uma espécie de treinamento para a escravidão. Ao se estudar a história antiga, os prisioneiros de guerra eram mortos por serem considerados de difícil manutenção e de elevada periculosidade. Já as mulheres da tribo ou sociedade derrotada eram retiradas de seus lares, afastadas de famílias, filhos e maridos e tomadas como escravas, a fim de satisfazer os homens vencedores sexualmente e ofertar trabalho em seu território, de forma não remunerada e sem condições adequadas. O abuso sexual já era estabelecido como forma de dominação nas primeiras escravas descritas na história: as mulheres. Essa estratégia foi tão eficaz que as vítimas acabavam por se conformar e não oferecer resistência devido ao medo da retaliação, uma vez que acabavam engravidando dos agressores. Ou seja, a coerção já era utilizada desde os primórdios (LERNER, 2019).

No entanto, as mulheres ocupavam em grande parte posições de poder e prestígio em sociedades antigas. Muitos fósseis anteriores a Cristo foram encontrados soterrados que correspondiam a mulheres com altos cargos políticos e religiosos

nessas sociedades. Nos praticantes da agricultura, ambos os sexos eram importantes na organização da produção e distribuição dos alimentos, não havendo superioridade de homens em relação a mulheres (LERNER, 2019).

A pandemia do COVID 19, cujo pico foi em 2020, proporcionou um aumento em cerca de 20% nos casos de violência doméstica e sexual segundo o Fundo Nacional das Nações Unidas. Uma mulher vítima desse tipo de crime tende a escapar dos procedimentos legais por antecipar humilhação e negligência por parte da polícia, da Corte e da própria sociedade. Em Bangladesh por exemplo, a pena para quem comete estupro varia de 1 a 10 anos. No entanto, nessa mesma cidade indiana, pesquisas realizadas na pandemia de Janeiro a Setembro de 2020, mostraram que de 397 mulheres que morreram devido a violência física ou sexual, apenas 208 delas decidiram registrar queixa sobre o ocorrido (CAMPBELL; WEBSTER; GLASS, 2020).

Devido ao aumento de casos, ainda em Bangladesh, um adendo a legislação com a possibilidade de pena de morte e prisão perpétua foi estabelecido. No entanto, na obra “Do que estamos falando quando falamos sobre estupro” de Sohaila Abdulali mostrou que em países que a pena de morte é aceita não houveram diminuição do número de casos (LERNER, 2019).

A fim de prevenir novos casos, as leis existentes devem ser empregadas e a polícia deve e a polícia deve agir com integridade e agilidade, sem preconceitos e hesitação. Os homens devem ser ensinados a como tratar e valorizar as mulheres, uma das ferramentas também apontadas por Sohaila como provocadoras de mudanças na sociedade. As mulheres devem ser ensinadas como se proteger (LERNER, 2019; SIFAT, 2020).

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo geral**

- Conhecer perfil epidemiológico das vítimas de violência sexual atendidas em serviço de referência na cidade de Teresina-Piauí no período de 2018-2021, observando se houve eventual impacto da pandemia do COVID-19.

### **Objetivos específicos**

- Analisar como a curva numérica se comportou de 2018-2021;
- Traçar a faixa etária, a raça das vítimas e a ocupação;
- Conhecer as regiões de maior prevalência da violência sexual no Piauí, especificando se capital ou interior;
- Avaliar o grau de relacionamento entre a vítima e o agressor.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo propõe-se a ser um estudo retrospectivo e quantitativo. Foi realizado nas dependências da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa (NMDER), mais especificamente no setor de serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual (SAMVVIS), localizado na cidade de Teresina, Piauí.

Nesse estudo está incluído todo e qualquer paciente que tenha feito o registro de violência sexual no SAMVVIS da NMDER no período de 2018-2021. Os dados estatísticos foram analisados entre os anos de 2018 e 2021. Foram excluídos os pacientes cujos dados não constavam no sistema relacionados aos seguintes critérios de análise: idade do paciente(<10,10-20,20-30,30-40,>40), município de origem (Teresina,interior), ocupação (estudante, do lar, ou fora), cor ou raça (branca, parda ou preta), grau de parentesco com o agressor (relacionamento atual ou passado, familiar ou desconhecido). Além disso, comparou-se o total de casos em cada ano.

Os dados foram colhidos dos livros de registros estatísticos do serviço ao longo do ano de 2023, após aprovação do comitê de ética da Universidade Estadual do Piauí, mediante número de parecer 5.986.766. Para esta pesquisa, os pacientes não foram identificados, constando apenas iniciais no banco de dados. Os resultados obtidos foram armazenados em uma planilha do programa Excel para análise e confecção de gráficos.

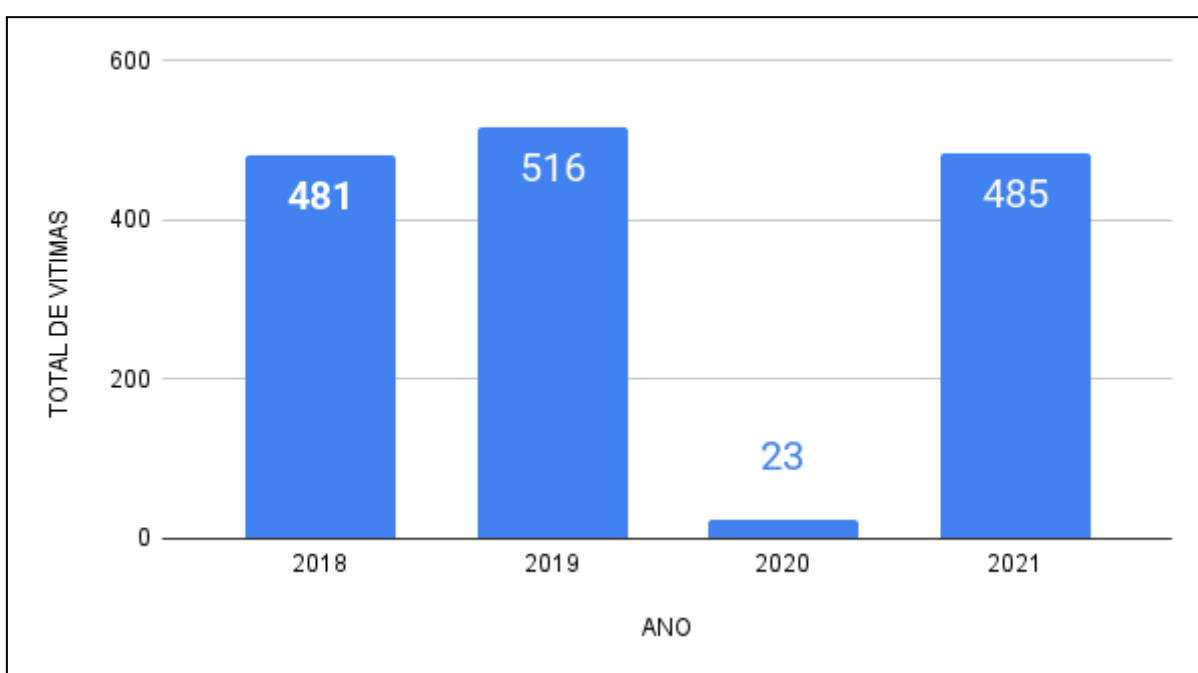
Uma busca nos bancos de dados do Pubmed e Google Scholar foi realizada desde os anos de 2019-2024 para embasar a discussão com dados encontrados de acordo com o que existe na literatura mundial. As palavras chaves utilizadas na busca foram “violência sexual” e “contra a mulher”. 93 artigos foram encontrados e essa lista passou por uma seleção em que apenas os relacionados ao tema foram selecionados. Artigos que não se relacionavam com a discussão foram excluídos.



## RESULTADOS

Ao analisar os dados colhidos dos livros estatísticos do serviço de notificação de violência sexual de Teresina-pi, encontramos, assim como demonstrado no gráfico abaixo (gráfico 1), que o número total de vítimas de 2018-2021 foi 1505. O ano com mais notificações foi 2019 (516), que representa 34,28% do todo. Os números seguiram um padrão crescente e hegemônico entre 2018 e 2019, com uma queda abrupta em 2020 (23), que representa 1,52% do todo. Logo em seguida, o registro aumentou atingindo 485 reportes em 2021.

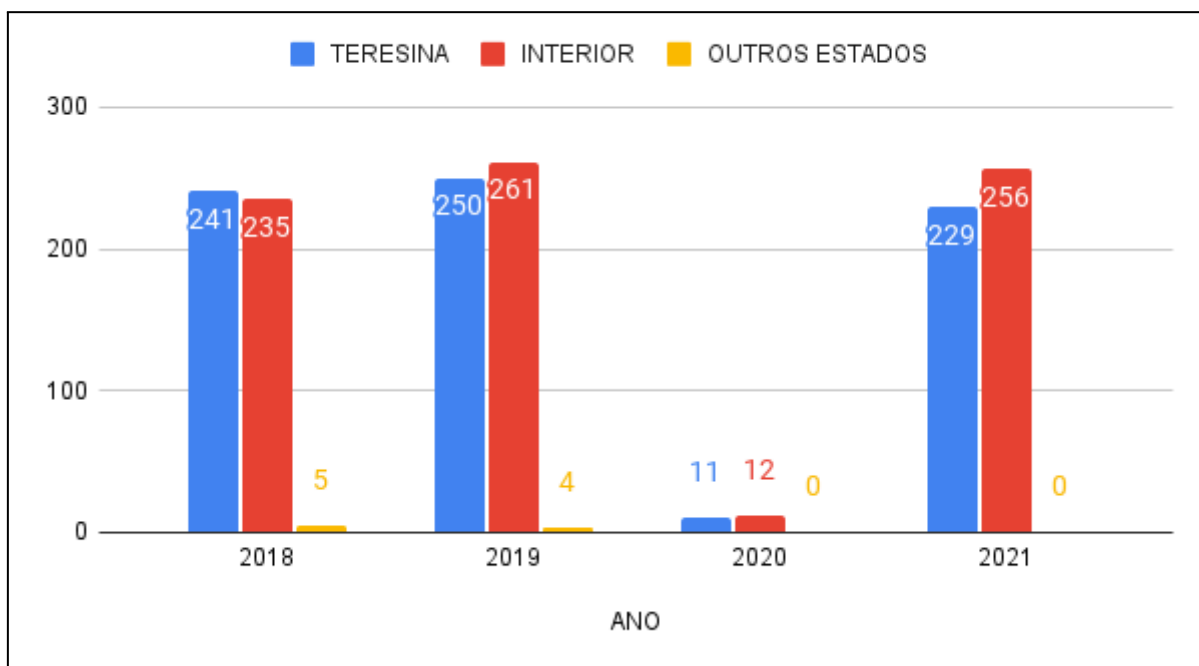
**GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL POR ANO NO ESTADO DO PIAUÍ NO PERÍODO DE 2018 A 2021.**



O gráfico 2 apresenta a distribuição das vítimas de acordo com a origem (Teresina, Interior do Estado do Piauí e outros Estados). De 2018-2021 a maior porcentagem do SAMVVIS é oriundo de municípios do interior do Estado, com cerca de 764 casos, ou seja, 50,76%. Seguido a isso, 731 vítimas eram de Teresina, a capital do Estado, representando 48,57%. Apenas 15 vítimas foram derivadas de outros Estados. No gráfico a seguir podemos observar a predominância da região do Interior (representada em vermelho), com 261 casos registrados em 2019, que foi o pico.

**GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE ACORDO COM A LOCALIDADE (TERESINA, INTERIOR DO ESTADO E OUTROS ESTADOS) NO**

## PERÍODO DE 2018 A 2021.



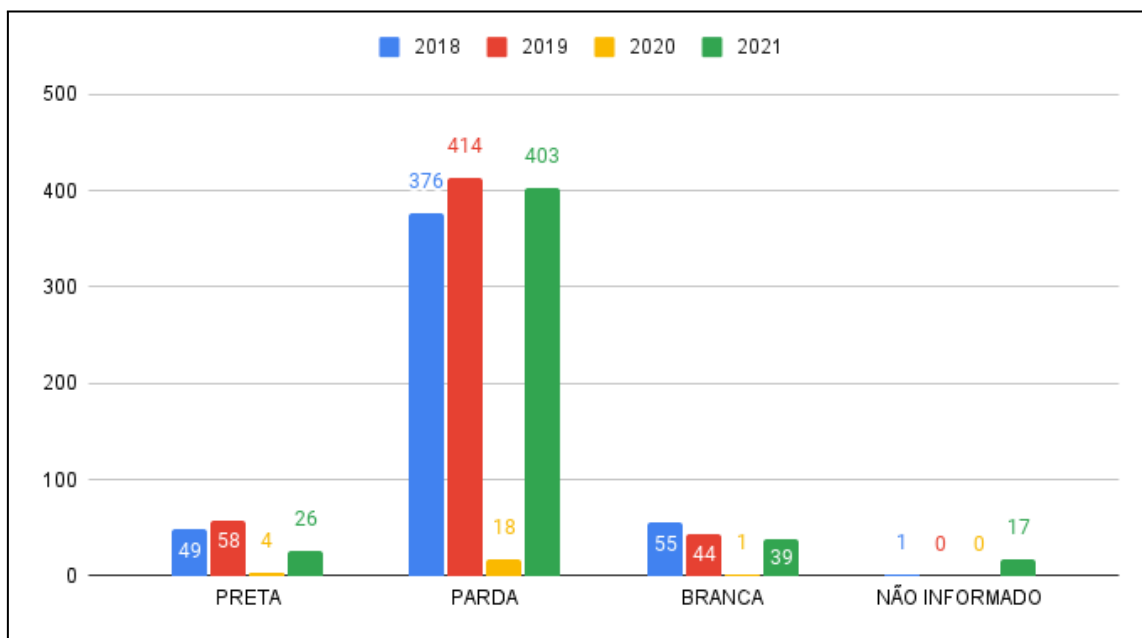
A tabela a seguir (**tabela 1**) mostra a distribuição das vítimas por faixa etária ao longo dos anos estudados. A faixa mais acometida pela violência sexual foi a dos 10-20 anos com 860 notificações no total de 2018-2021. A segunda faixa mais prevalente foi a <10 anos com 467 vítimas no mesmo recorte temporal. A faixa menos acometida foi a dos 20-30 anos, com apenas 43 registros.

**TABELA 1: FAIXA ETÁRIA DE ACOMETIMENTO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL POR ANO NO PERÍODO DE 2018 A 2021 NO ESTADO DO PIAUÍ.**

PERÍODO X IDADE	2018	2019	2020	2021	TOTAL
< 10 anos	150 (31,2%)	151 (29,3%)	6 (26,1%)	160 (33%)	467 (31%)
10-20 anos	273 (56,8%)	286 (55,4%)	14 (60,9%)	267 (55%)	840 (55,8%)
21-30 anos	30 (6,2%)	41 (7,9%)	2 (8,7%)	32 (6,6%)	105 (7%)
31-40 anos	15 (3,1%)	18 (3,5%)	0 (0%)	12 (2,5%)	45 (3%)
> 40 anos	13 (2,7%)	20 (3,9%)	1 (4,3%)	14 (2,9%)	48 (3,2%)
TOTAL	481 (32%)	516 (34,3%)	23 (1,5%)	485 (32,2%)	1505

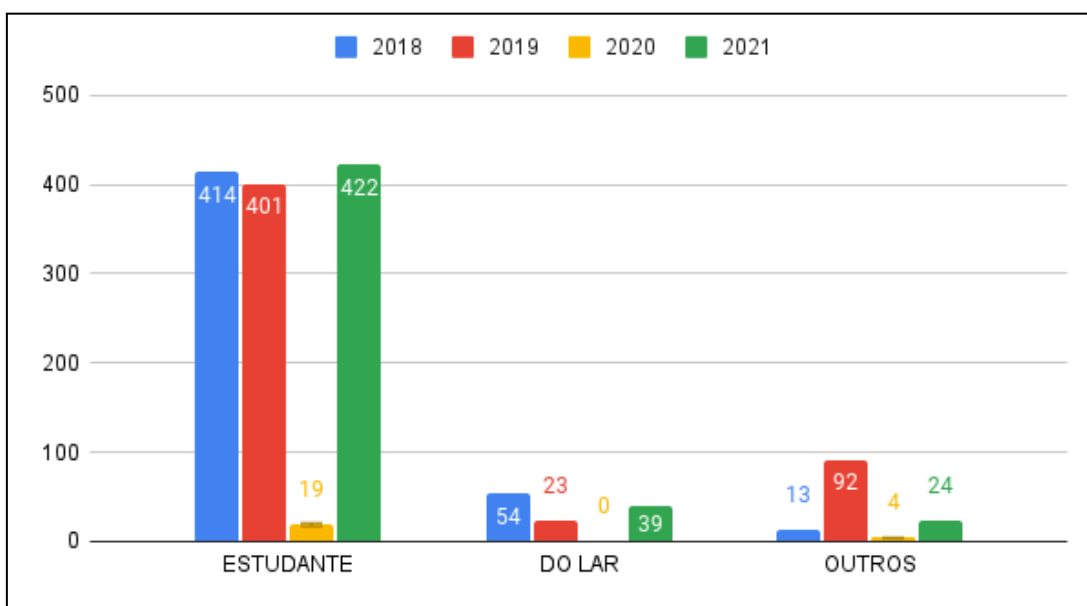
Quanto à raça, houve um número superior de vítimas que se autodeclararam pardas, com total de 1211 casos registrados. Em seguida, brancas e pretas com 139 e 137 respectivamente. 18 não informaram nos anos de 2018-2021.

**GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL POR ANO NO ESTADO DO PIAUÍ DE ACORDO COM A RAÇA.**



No gráfico 4 que se encontra abaixo nota-se a predominância da ocupação estudante nas vítimas nos 4 anos analisados, totalizando 1256 pessoas. 116 destas são trabalhadoras do lar e 133 pertencem a outras categorias.

**GRÁFICO 4: VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL SEGUNDO OCUPAÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ NO PERÍODO DE 2018 A 2021.**



A tabela a seguir apresenta 2021 como ano com maior número de ocorrências de violência provocada por familiares das vítimas. Em seguida, 2018, 2019 e 2020 com 185, 177 e 7 respectivamente. A variável “Outros” que engloba, vizinhos, conhecidos e não informados, apresenta maior quantidade de casos em 2021 com 272 registros. Seguida por 2019, 2018 e 2020 com números de casos correspondente a 225, 183 e 15 respectivamente.

**TABELA 2: RELAÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL COM O AGRESSOR NO ESTADO DO PIAUÍ NO PERÍODO DE 2018 A 2021.**

	2018	2019	2020	2021	TOTAL
FAMILIARES	185 (38,5%)	177 (34,3%)	7 (30,4%)	213 (43,9%)	582 (38,7%)
RELACIONAMENTO ATUAL	54 (11,2%)	48 (9,3%)	0 (0%)	0 (0%)	102 (6,8%)
RELACIONAMENTO PASSADO	15 (3,2%)	15 (2,9%)	0 (0%)	0 (0%)	30 (2%)
DESCONHECIDO	44 (9,1%)	51 (9,9%)	1 (4,4%)	0 (0%)	96 (6,4%)
OUTROS	183 (38%)	225 (43,6%)	15 (65,2%)	272 (56,1%)	695 (46,1%)
TOTAL	481 (32%)	516 (34,3%)	23 (1,5%)	485 (32,2%)	1505

## DISCUSSÃO

Pelo conceito das Nações Unidas, violência contra a mulher engloba atos que causem dano psicológico, sexual ou físico. Nesse sentido, as mulheres têm o direito de escolherem praticar sexo sem coerção, violência e risco de gravidez indesejada. No século XXI, este tema tem ganhado mais visibilidade internacional, com o crescimento da quantidade de vítimas mulheres, muito embora homens também possam ser vítimas de violência sexual, em menor proporção e com injúrias menos severas (LI *et al.*, 2023).

A violência sexual é a forma mais difundida e humilhante de violência de gênero, além de ser subestimada no cotidiano. Os agressores podem ser maridos, familiares, conhecidos e vizinhos da vítima; além disso, o ato pode ser esporádico ou se repetir no curso de anos e décadas. Muitos homens praticam a violência para se sentir no poder ou com controle sobre a vítima, que, por sua vez, pode sofrer com muitas consequências, sendo as mais frequentes traumas psicológicos e síndrome do stress pós-traumático. Ademais, poucas denunciam pela difusão de uma falsa sensação de normalidade em torno desse tipo de violência que determinadas sociedades ainda mantêm (LI *et al.*, 2023).

Estima-se que a prevalência global seja de que 1 em cada 3 mulheres serão vítimas de violência sexual ao longo da vida, impactando diretamente em sua saúde física e mental, e, destas, apenas  $\frac{1}{3}$  registra denúncia. Este achado influencia diretamente nos programas de saúde da mulher, alertando para áreas então negligenciadas que merecem mais atenção dos gestores, tendo em vista que desde o início dos anos 2000 o número de vítimas tende a crescer ao redor do mundo (LI *et al.*, 2023).

Estudos têm mostrado que as taxas de violência de gênero do tipo sexual são maiores em países em desenvolvimento, cujas economias são mais fracas do que em países desenvolvidos. Além disso, no âmbito acadêmico mais dados são coletados em entrevistas do que em questionários sobre o tema. Esse fenômeno sugere que perguntas podem ser mal formuladas e não dimensionam corretamente a amplitude de um ato de violência sexual. As vítimas tendem a ser mais sinceras quando entrevistadas, e os entrevistadores avaliam os dados de forma mais cuidadosa, refletindo sobre a maneira de perguntar sobre o ocorrido (LI *et al.*, 2023).

Diversos são os desfechos após um episódio de sexo sem consentimento, mas a única certeza é a de que a vítima nunca sai ilesa. O transtorno psiquiátrico é uma das sequelas mais comuns, afetando cerca de metade da casuística. O mais prevalente é o transtorno do estresse pós-traumático, cujas memórias do ato de violência são lembradas em diversos insights e pesadelos que podem causar isolamento, automutilação e abuso de álcool e substâncias por parte das vítimas, no intuito de tentar escapar ou promover fuga dessa situação. Além disso, alterações de comportamento, como personalidade mais explosiva, irritação e hipervigilância,

são comumente vistas. Transtornos da ansiedade e pensamentos suicidas também podem ser precipitados por tais eventos (LI *et al.*, 2023).

Diferente do Estado do Piauí, cujos dados referentes ao total de vítimas que notificaram atos de violência sexual estão no gráfico 1, que conta com cerca de 1505 notificações desse tipo de violência no período de 2018-2021, no Espírito Santo houve maior denúncia de violência psicológica, seguida de violência física e sexual em uma pesquisa realizada no ano de 2016. No Piauí, as duas outras formas não foram mensuradas no serviço de notificação abordado. (FMC, *et.al*, 2017)

Em 2020 houve registros referentes apenas ao mês de Março, com 23 casos, assim como evidenciado no gráfico 1. Isso pode ser explicado pela orientação à população de que permanecesse em suas residências devido a tentativa de contenção da disseminação do vírus SARS-COV 2. Porém, estima-se que os números seriam ainda maiores devido às pesquisas mostrarem que o local em que ocorrem mais agressões é a própria residência da vítima, associada a dificuldade de se denunciar o crime as autoridades e o comportamento descrito de internalizar o ocorrido por parte da vítima (ABDULALI, 2019; LERNER, 2019). Em adição a isso, fatores que podem contribuir são a elevada subnotificação e a ausência de pesquisas periódicas que visem a obtenção de tais dados. A análise nacional mostra um queda de 14,1 % dos registros de estupro e de estupro de vulnerável em 2020. (FMC, *et.al*, 2017)

Com relação a faixa de idade mais acometida, em Vitória, no sudeste do Brasil, por exemplo, em paralelo aos dados encontrados e apresentados na tabela 1, a faixa etária menos impactada pela violência é a dos 50-59 anos. No Piauí, encontra-se uma baixa prevalência a partir dos 20-30 anos, seguida pelas mulheres com 40 anos ou menos. No entanto, estima-se que sejam dados subestimados, uma vez que caso a violência tenha se iniciado nos primeiros anos de vida, tende a ser menos valorizada durante as entrevistas voltadas à denúncia, principalmente por situações de violência com parceiro sexual serem comuns na sociedade e não reconhecidas como ato violento.

Muito embora a variável raça tenha sido elencada neste estudo, acredita-se que a baixa renda é mais significativa quanto à ocorrência de um crime sexual. No gráfico 3, por exemplo, 1211 vítimas se identificaram como pardas. Já a renda não foi abordada nesta casuística. (FMC, *et.al*, 2017)

Os adolescentes tendem a ser um grupo de maior vulnerabilidade pela baixa idade, acesso restrito aos meios de proteção, menor nível de escolaridade e da dependência econômica. Em nosso estudo, com esses números expostos na tabela 1, a faixa acometida foi a de 10-20 anos, corroborando essa hipótese de fragilidade do grupo. Nesse grupo específico, além dos desfechos citados acima, o subdesempenho escolar e práticas sexuais sem segurança podem ser desenvolvidos. No gráfico 4, podemos visualizar a predominância da ocupação estudante, com 1256 pessoas ocupadas nessa categoria (VIANA *et al.*, 2022).

Estudos demonstraram que em Santa Catarina, por exemplo, a faixa etária mais acometida foi a de 10-14 anos, respondendo por 47,3% de todos os casos e o local preferido seria a residência da vítima, perpetuando a confidencialidade do ato, também encontramos um número expressivo de vítimas < 10 anos, correspondendo 467 vítimas na tabela 1. Essa idade não se configura como desenvolvimento completo e não há percepção por parte da vítima de que tenha sofrido violência em alguns casos. Também pode demonstrar padrões de preferência dos agressores por uma fase de início do desenvolvimento dos caracteres sexuais e que simboliza a superioridade do primeiro em desenvolvimento físico e sexual. Para infringir o silêncio após iniciar o crime, ameaças à integridade da vítima ou de terceiros podem ser utilizadas como uma tentativa de evitar a incriminação (VIANA *et al.*, 2022).

Além disso, vítimas adolescentes têm menor correspondência série-idade, tendem a sofrer mais bullying, e menores chances de terminar os estudos, indicando maior prevalência de problemas de aprendizagem e socialização neste grupo (VIANA *et al.*, 2022).

A maioria dos estudos, assim como este, indicam que o autor tende a ser alguém conhecido pela vítima, seja ele da família, conhecido, vizinho ou amigo, representado na tabela 2 pela categoria outros com um total de 272 casos em 4 anos. Somente uma pequena porcentagem dos afetados busca por ajuda, optando por esconder o acontecido ou contando apenas a pessoas próximas, sendo visto como problema individual do violentado pela sociedade. Ao optar por isso, a maioria desses dados se perdem e não geram denúncias de violência e registros nos serviços de saúde através de consultas, e sem o número total de casos o assunto pode perder a relevância (LI *et al.*, 2023; VIANA *et al.*, 2022).

Mais ainda, a violência sexual pode acarretar gravidez indesejada, aumento de infecções sexualmente transmissíveis e trauma urogenital do ponto de vista ginecológico. Logo, a abordagem deve ser multiprofissional envolvendo a prevenção de ISTs, contracepção de emergência, cuidado psicológico e tratamento das injúrias físicas causadas pelo crime. É válido ressaltar que um dos grandes vieses que as pesquisas sobre o tema encontram seria a falta de conhecimento de algumas vítimas que sexo não consentido dentro de um casamento configura violência, o que subestima os números relacionados aos resultados finais (LI *et al.*, 2023).

Em 2011 a violência sexual se tornou alvo de notificação compulsória, resultando em reestruturação da coleta de dados, que seguiram uma curva crescente ao longo dos anos, atingindo seu pico em 2018. Em 2020, devido aos eventos da pandemia do vírus SARS-COV 2, houve apenas 23 notificações no Estado do Piauí no serviço SAMVVIS, referentes apenas ao mês de março, sugerindo que a emergência do vírus pode ter afetado o acesso de muitas vítimas aos serviços (VIANA *et al.*, 2022).

Alguns fatores que podem impedir a denúncia dos casos de violência sexual são a cumplicidade entre vizinhos e familiares, omissão, ausência de testemunhas e

dependência financeira. No Brasil, estudos realizados provaram que ferramentas de combate a VS contra mulher podem partir de maior acesso a estudo e a empregos. Além disso, na região Sudeste houveram mais notificações à medida que a quantidade de unidades notificadoras aumentou. Em contrapartida, na região Norte mais casos foram registrados paralelo a uma maior presença de rotas de tráfico sexual infantil (VIANA *et al.*, 2022).

No livro “Do que estamos falando quando falamos de estupro”, da autora Sohaila Abdulali, há a discussão acerca do panorama do estupro na Índia e em outros locais ao redor do mundo. No entanto, o que chama a atenção é a pesquisa de uma doutoranda de uma Universidade no Reino Unido (Anglia Ruskin) que entrevistou presidiários que cometeram crimes sexuais. O resultado surpreende, porque a maioria deles é humano, sofreu com pobreza, maus tratos, diferenças econômicas e sociais e não compreende minimamente o conceito de consentimento. No entanto, mulheres crescidas em meio às mesmas condições dificilmente cometem os mesmos crimes. O resultado encontrado foi que países que lidam com esses crimes através de meios mais rígidos como a pena de morte não diminuem os números de vítimas. No entanto, educar para o consentimento é uma ação transformadora e pode inclusive ensinar às garotas que o sexo é para elas, antes de tudo (ABDULALI, 2019).

Já no ano de 2021, momento em que a convivência com o vírus permitiu o retorno das atividades cotidianas, o número de denúncias aumentou, contudo acredita-se que ainda com dificuldade na notificação, em fase de aprimoramento a cada ano. O total de vítimas foi de 485, superior a 2018, porém ainda inferior a 2019 (ABDULALI, 2019; LERNER, 2019).

Observa-se que o aumento de centros de notificação aumenta as denúncias, como aconteceu e foi descrito acima em alguns Estados do Sul do Brasil. O Piauí atende através do Serviço onde foram coletados os dados dessa pesquisa municípios do Interior, de outros Estados e da capital. Dado o baixo índice socioeconômico do Estado, estima-se que se houvessem mais centros de denúncia melhor distribuídos os números seriam mais acurados (ABDULALI, 2019; LERNER, 2019).



## CONCLUSÃO

Os dados analisados mostraram que, ao longo de quatro anos, a violência sexual afetou predominantemente mulheres jovens, especialmente na faixa etária de 10 a 20 anos, a maioria das vítimas se declarou parda. A ocupação predominante entre as vítimas foi a de estudante.

A prevalência da violência sexual no Piauí foi distribuída de maneira significativa entre Teresina e o interior do estado, com um número considerável de casos oriundos de municípios fora da capital, especialmente em 2019 e 2021. Em relação ao agressor, a violência perpetrada por familiares foi a mais prevalente, com uma presença também relevante de agressões por conhecidos ou vizinhos, o que reforça a complexidade das relações envolvidas na violência sexual.

O ano de 2020 apresentou uma queda drástica no número de casos registrados. Este dado sugere que a pandemia da COVID-19 pode ter impactado negativamente o acesso das vítimas aos serviços de atendimento, possivelmente devido a fatores como o isolamento social, dificuldades no transporte, e o fechamento temporário de serviços não emergenciais. No entanto, é importante notar que esse número não reflete uma diminuição real na prevalência de casos, mas uma redução na notificação de vítimas, o que pode indicar barreiras no acesso ao sistema de saúde durante a crise sanitária.

Este estudo fornece uma base importante para a formulação de políticas públicas focadas no aumento da prevenção e do apoio às vítimas de violência sexual, especialmente no interior do estado. Além disso, a queda nos registros em 2020 destaca a necessidade de desenvolver estratégias para garantir o acesso das vítimas a serviços de atendimento mesmo em situações de emergência, como pandemias. Recomenda-se que, no futuro, se explore mais a fundo as barreiras ao acesso aos serviços e que se promovam campanhas de conscientização tanto na capital quanto no interior, para reduzir as taxas de violência e melhorar o suporte às vítimas.

Por fim, o estudo contribui para a literatura científica brasileira sobre violência sexual, oferecendo dados específicos do Piauí, que podem ser utilizados em pesquisas futuras para aprofundar a compreensão do fenômeno e suas implicações para a saúde pública.

## REFERÊNCIAS

Abdulali, Sohaila. Do que estamos falando quando falamos sobre estupro; 1 edição. São Paulo: Vestígio, 2019.

CAMPBELL, J. C.; WEBSTER, D. W.; GLASS, N. The health consequences of intimate partner violence. *The Lancet*, v. 379, n. 9817, p. 1681-1692, 2020.

DEVRIES, K. M. et al. The global prevalence of intimate partner violence against women. *Science*, v. 340, n. 6140, p. 1527-1528, 2018.

ELLSBERG, M. et al. Intimate partner violence and women's physical and mental health in the WHO multi-country study on women's health and domestic violence: an observational study. *The Lancet*, v. 394, n. 10204, p. 1165-1172, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023.

GARCIA-MORENO, C. et al. Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *The Lancet*, v. 398, n. 10305, p. 1260-1269, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Violência 2022.

JEWKES, R. et al. The relationship between intimate partner violence, rape and HIV amongst South African men: a cross-sectional study. *PloS one*, v. 13, n. 9, p. e0204056, 2018.

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2006.

Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Lei do Feminicídio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 mar. 2015.

Leite FMC, Amorim MHC, Wehrmeister FC, Gigante DP. Violence against women, Espírito Santo, Brazil. *Rev Saude Publica*. 2017;51:33.

Lerna, Gerda 1920-2013 A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens; Gerda Lerna; tradução Luiza Sellera-São Paulo: Cultrix, 2019.

Li L, Shen X, Zeng G, Huang H, Chen Z, Yang J, Wang X, Jiang M, Yang S, Zhang Q, Li H. Sexual violence against women remains problematic and highly prevalent around the world. *BMC Womens Health*. 2023 Apr 26;23(1):196.

ONU MULHERES. Violência contra as Mulheres na América Latina e Caribe: Uma análise comparativa.

Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Sifat RI. Sexual violence against women in Bangladesh during the COVID-19 pandemic. *Asian J Psychiatr*. 2020 Dec;54:102455.

Viana VAO, Madeiro AP, Mascarenhas MDM, Rodrigues MTP. Temporal trend of sexual violence against adolescent women in Brazil, 2011-2018. *Cien Saude Colet*. 2022 Jun;27(6):2363-2371.

WATTS, C.; ZIMMERMAN, C.; JEWKES, R. Violence against women: global scope and magnitude. *The Lancet*, v. 395, n. 10241, p. 1232-1237, 2020.

Xianguo Q, Hui C, Xin S, Jing F, Zijian W, Zhenyu N, Yong G. The prevalence of sexual violence against African women: a systematic review and meta-analysis. *Afr Health Sci*. 2023 Sep;23(3):117-127.